

Margaret Mead: um velho-novo livro (ou uma antropologia do sexo)

Nascido numa publicação de 1949, este *Male and Female*, de Margaret Mead — um dos mais importantes antropólogos de nossa época — republicado em inglês em algumas edições (1962, 1967) e tão acertadamente traduzido e publicado agora no Brasil (1), talvez seja uma das obras mais representativas da Antropologia em todos os tempos e um dos mais inteligentes exemplos de como, a partir de observações as mais empíricas, é possível construir uma sólida teoria de aplicação — por que não? — universal.

Esta, que é bem a melhor característica de uma ciência que se quer fazer “à altura dos tempos”: aliar a pesquisa à teoria, engajando-as de modo a dar à primeira a atitude de efetivo trabalho intelectual, à segunda a marca indubitavelmente científica de construção abstrata, baseada, porém, em dados de realidade, esta característica, dizíamos, encontra neste livro um tratamento magnífico

e fascinante, quando observamos que tratar cientificamente um tema não força, necessariamente, embrutecê-lo no peso da linguagem (e portanto, da comunicação) pseudo-esotérica do jargão cansado, para que ela seja “científica”. *Macho e Fêmea*, é, também, como toda obra científica que se deve prezar, um livro literariamente de bom-gosto, metodologicamente inteligente; e atual, embora boa parte do material trabalhado tivesse sido tomado pelas mãos da A. nos idos de 1925.

Na tradução Apollo, de 1967, M. Mead escrevia:

“Um dos privilégios que proporcionam as publicações modernas, vivendo-se o tempo suficiente, é a oportunidade de comentar a relevância ou irrelevância de um trabalho através do tempo, à medida que surgem sucessivas edições. As descrições antropológicas de povos primitivos e exóticos ocupam uma posição especial, porque as condições descritas se alteram em geral irreversivelmente, mesmo que passados somente alguns anos. Estas descrições não podem ser revistas; fiéis aos fatos registrados, assim permanecem.

Se este trabalho contivesse somente etnografia descritiva, não haveria razão para escrever uma nova introdução” (p. 5.)

Se as condições dos primitivos analisados pela A. se alteraram, também se alterou o cenário americano, e por que não dizer, ocidental. Novos valores emergem — e no que se refere às relações homem-mulher, casamento, sexo, contraceptivos, os novos padrões são ainda mais violentamente “revolucionários” —, e junto aos progressos da biologia e das descobertas de novas possibilidades do corpo e da inteligência, caminham novas idéias a respeito de educação e, mesmo, de experiência sexual.

A ética religiosa, os modos de ser homem e de ser mulher ou de rejeitar grandes diferenças entre um e outro sexo, os modos de vestir, pentear, abordar, escolher, de realizar o sexo e de excitá-lo, a distribuição de tarefas masculinas e femininas, o enfrentamento do “problema” homossexual, relações pré-maritais, ilegitimidade, virgindade, tudo isto e muito mais em nosso mundo está envolvido em novos critérios éticos, políticos e estéticos, em uma espécie de reavaliação e redimensionamento do indivíduo, uma nova maneira de ser homem.

As variáveis sociais decorrentes de respostas biológicas, o condicionamento sócio-cultural dos impulsos biológicos, as relações entre papéis sociais e discrepâncias biológicas começam a encontrar na ciência social e na biologia (*lato sensu*) um tratamento complementar e suficientemente objetivo (porque despido de preconceitos, de preferências e distorções) de modo a afastar os perigos das colocações éticas e confessionais que por largo tempo lançaram a questão ao lixo do pecado, da imoralidade, do perigo.

Dedicando a primeira parte do livro à temática geral da obra (“O significado das perguntas que fazemos”); pondo em questão o velho problema da feminilidade e da masculinidade; e à abordagem e tratamento metodológico (“Como escreve um antropólogo”), neste ponto enfrentando o problema da própria situação do cientista e aí operando uma espécie de autodesmascaramento (“Esse livro está sendo escrito do ponto-de-vista de uma mulher de meia idade, americana e antropóloga” (p. 36), M. Mead lembra um ângulo importante: nesta aventura de acompanhar a descrição e análise de modos “estranhos” de ser homem e conviver “permanece um resíduo. O leitor terá submergido na experiência de compreensão dos costumes extremamente diversos padronizados pela natureza humana mesmo que por uma hora somente” (p. 42).

Na segunda parte (“Os caminhos do corpo”), sete culturas das ilhas do Pacífico (manu, arapesh, mundugumor, bali, tchambuli e samoa), principal material de trabalho de M. Mead desde 1927, são apresentadas “tal como se faz com um longo elenco de personagens de uma velha e complicada novela” (p. 57). Pescadores, canibais, caçadores de cabeças, frágeis ou arrogantes, ativos ou apáticos, “durante este trabalho — explica a A. — os sete povos irão e virão” (p. 60). “Tratando de homens e mulheres, estarei lidando com as diferenças primordiais entre eles, a diferença no seu papel reprodutor” (p. 61). E as perguntas decorrentes deste ponto-de-partida de investigação surgem como imediata consequência: “Fora dos corpos preparados para papéis complementares na perpetuação da raça, que diferenças surgem no funcionamento, capacidade, sensibilidade e vulnerabilidade desses seres?” (p. 61).

Dos “caminhos do corpo”, chega-se aos “Problemas de Sociedade” (terceira parte), quando são considerados os modos pelos quais as crianças aprendem seu papel sexual (p. 135), já que qualquer sociedade, simples ou complexa, para sobreviver “tem de possuir um padrão de vida social que integre as diferenças entre os sexos” (id.).

O “ritmo de trabalho e lazer” são expressões culturais altamente relacionadas com os ritmos fisiológicos dos seres humanos, e representam formas pelas quais as diferentes culturas chegam a uma espécie de compromisso entre a capacidade rítmica de um sexo e as tarefas socialmente a ele indicadas. Dentro desta direção de análise chega-se ao problema da paternidade como uma “invenção social”.

Ainda uma vez na linha de observações entre o que há de biológico e o que há de cultural no homem, e como se processa profundamente esta dependência e este relacionamento, parte M. Mead, neste capítulo, através de uma linguagem em que a ciên-

cia se encontra muitas vezes com a poesia — *et pour cause* —, para as considerações já bem exploradas pela Antropologia, mas nem por isso esgotadas, da dependência indivíduo-sociedade: "... somente em conjunto os homens *podem* ser humanos, ... sua humanidade não depende do instinto individual mas da sabedoria tradicional de sua sociedade" (p. 151).

Se, em todas as sociedades humanas, encontramos alguma forma de família, a "diferença crucialmente humana desta empresa não está na proteção que os homens proporcionam às mulheres e aos mais jovens. Isso compartilhamos com os primatas" (p. 152). A diferença essencial está em que "dentro dela (da família), cada nova geração de homens jovens aprende a conduta de provisão apropriada e superimpõe à sua masculinidade biologicamente dada seu papel paternal aprendido" (p. 155). "Há boa base para acreditar que o desejo de paternidade dos seres humanos seja aprendido, talvez na maioria dos casos quando a criança é pequena, seja pela identificação quanto pela inveja da mãe como geradora de seres, ou pela identificação com o pai no seu papel socialmente definido de geração e sustento dos filhos" (id). Os "papéis aprendidos" serão responsáveis pelas relações entre os sexos, pelos modos de "ser homem" e "ser mulher", as tarefas masculinas e femininas, as regras para escolha no casamento, a grande variedade de soluções humanas para o problema de seleção do (a) parceiro (a).

Assim é que se chega a um assunto aparentemente apenas biológico, mas com tanta repercussão sócio-antropológica: "a procriação humana". Ainda uma vez, o material recolhido nas sete culturas dos Mares do Sul oferece a M. Mead a possibilidade de rastrear uma problemática atualíssima.

Os imperativos geo-econômicos e as tradições se encontram, nascendo de tudo isto uma política populacional que incentiva ou contraria a procriação ou mesmo uma situação de retração populacional motivada pelo contato com o homem branco. E ocorrem os desvios ou a renovação de padrões e de papéis sociais, funcionando uma espécie de reinterpretação cultural do próprio corpo humano.

E chega-se ao capítulo sobre "os dois sexos na América Contemporânea". Aí a A. põe em questão a complexidade da cultura americana atual, decorrente, sobretudo, da diversidade de participação cultural no processo colonizador.

Os sistemas de relacionamento entre os sexos, de finalidade procriativa, de tratamento e formação das crianças, de treinamento e de compromisso, de comando e obediência não conseguem, no correr do tempo, alcançar um nível de relativa uniformidade de modo a dar ensejo a se encontrar pautas relativamente estáveis.

Os contrastes e as contradições entre os modos de ação, oriundos do processo de mudança social acelerada no terreno da vida sexual e do relacionamento entre os sexos, têm, por exemplo, no relatório Kinsey, além de um “tratado” da vida sexual americana, um elemento importante no acelerado processo de “desmitificação do sexo”, tanto mais acelerado quanto obstinadamente freado em manifestações exteriores pela rígida ética puritana presente em boa parte dos compromissos da unidade social com o todo, e deste mesmo com seus componentes.

Os “papéis sexuais” em tal sociedade passam, então, a ser compostos não à base da educação fiel e repetida das sociedades antigas e relativamente estáveis. Dos procedimentos recomendados para o cuidado do bebê e da criança aos avisos e promessas dos anúncios, “elabora-se um quadro de como se deve tratar uma filha para que quando cresça tenha um físico tão perfeito quanto o de uma capa de revista. A prática cotidiana, as lições cientificamente apoiadas no pediatra, no dietista, no fisioterapeuta, no higienista; os estilos organizados pela ficção, pelo cinema e pelo rádio, os conceitos subjacentes e as influências dos anúncios entram em coalescência para formar um passado imaginário para este ideal esboçado: o futuro imaginário” (p. 204).

Daí a importância de se verificar, como faz a A. em diversos níveis, “as regularidades em meio a grandes contrastes e diferenças aparentes. . . o impacto do ideal sobre as expectativas dos norte-americanos” (p. 205).

A experiência infantil está ligada, desse modo, a pautas culturais eminentemente voltadas para certos níveis que são inteiramente exteriores à criança (ter ou não ter filhos; preferir filho a filha; ter apenas um filho para garantir o *status* de “ter um filho”), ou, paradoxalmente, que cuidam minuciosamente em preservá-la e fazê-la sadia e bela (dos cuidados minudentes da gravidez, ao controle do alimento, da higiene, do contacto com as pessoas e as coisas).

O “treinamento” de meninos e meninas por mães tensas e zelosas estende-se do tratamento e condicionamento corporal ao treinamento para a feminilidade e a masculinidade. Contudo, o processo de modificação das pautas de treinamento, como consequência de novos valores sociais, tem suas raízes principalmente nas transformações históricas decorrentes das próprias criações humanas (ciência, tecnologia). “Em tal desenvolvimento histórico, é evidentemente impossível falar de causa e efeito. Falaremos talvez num permanente processo em espiral em que as mulheres foram o recurso imediato para alguma reforma, reforma que foi definida, pensada, como campo da mulher; ela as atraiu estilizando um

campo como feminino e assim deixou os homens de fora" . . . , porém, "meninos e meninas sentados nas mesmas carteiras, estudando as mesmas lições, absorvendo os mesmos padrões, aprendem que os dois critérios mais respeitáveis para se escolher uma ocupação para a vida são: profissão que proporcione chances de avançar e que seja "interessante" . . . "Durante este período da História, onde os costumes das mulheres estão se modificando, um tipo de homem está também sendo formado" (p. 233).

No capítulo "Cada família no seu próprio lar", lança M. Mead um dos problemas de mais antigos e atuais da sócio-anthropologia: a questão conceitual e factual da família como "modo de vida", como "lugar" (lar) e como instituição sujeita às contínuas transformações ditadas pelas mudanças de valores e papéis sociais. Dentro dessa especial problemática, está a mulher (como elemento básico da família pelo ônus e tarefas diretamente ligadas à procriação, pelas atribuições culturais que se expressam nas "tarefas do lar"), estão as alterações resultantes da reavaliação do trabalho feminino e a situação e os papéis do casal após a criação dos filhos — e do "êxodo" destes.

O casamento, "uma área da vida americana em que se necessita de um reexame rigoroso da relação entre ideal e prática" (p. 259), encontra em M. Mead, num sucinto capítulo, uma rara tentativa de identificar as contradições entre um ideal de perenidade ("felizes para sempre") e a realidade de um casamento que é finito e que, quando se extingue, se estigmatiza como fracasso. Como a morte, o casamento acabado "é triste", e afastado do cenário da vida como se dela não fizesse parte.

Num balanço crítico, M. Mead tenta reavaliar o processo de treinamento e de institucionalização dos papéis masculinos e femininos (no capítulo "A cada um o seu"), numa análise que avança do nível sócio-anropológico para o nível da análise existencial, como se pode ver neste trecho:

"Exteriormente, num período dado de História num quadro social, parecerá que um sexo ganha enquanto o outro perde. Mas tais ganhos e perdas serão afinal temporários. Na medida em que se nega às mulheres o direito de usar seu cérebro, tanto seus filhos como suas filhas sofrerão com isso. Uma ênfase exagerada na importância de virilidade tornará a vida do homem instrumental; a mesma atitude para com as funções reprodutivas da mulher tornará sua vida também instrumental" . . . "Um mundo com um único sexo seria imperfeito porque não teria futuro. Somente a negação da vida torna possível negar a interdependência entre os sexos. Uma vez que esta interdependência é reconhecida e traçada nos seus mínimos detalhes, as primeiras experiências da criança com o con-

traste entre a aspereza do rosto barbado e da voz mais profunda do homem e a pele suave e a voz mais aguda da mulher, qualquer doutrina que proclame que a plenitude de um sexo pode ser conseguida sem levar o outro em consideração fica automaticamente desacreditada” (p. 277).

“Todas as sociedades humanas criam e mantêm divisões do trabalho e expectativas de personalidade artificiais para os sexos, limitando a humanidade de um e de outro” (p. 279).

“Podemos construir uma sociedade inteira usando tanto os dotes específicos de um sexo quanto aqueles compartilhados por ambos — usando os dotes de toda a humanidade” (p. 287).

Lançando ainda valiosos apêndices: uma descrição mais sintética do material recolhido das pesquisas nos sete povos dos Mares do Sul, um texto intitulado “A ética da abordagem”, valiosíssimo como advertência, exemplo e informação para meditar (“O cientista social, trabalhando com uma ciência florescente que, se alcançada, certamente alterará a forma do mundo, carrega um pesado fardo de obrigações” (p. 305), diz a A. ao iniciá-lo), e um outro (“Fontes de experiência na nossa cultura americana”), no qual a questão da cultura americana é indicada em seus mais conhecidos trabalhos (à altura em que o texto foi redigido), com tais apêndices, dizíamos, última-se esta obra que abre sem dúvida as mais profundas e auspiciosas perspectivas para o tratamento científico de um dos mais importantes temas de nosso tempo: a antropologia sexual.

ZAHIDÉ MACHADO NETO

¹ Mead, Margaret. *Macho e fêmea; um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Petrópolis, Vozes, 1971.